

IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS LITERÁRIOS NO DIREITO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL IMPÉRIO: MOVIMENTOS SOCIAIS EM MOVIMENTOS

Autora (Maria Gabriela Barbosa Carvalho)¹; Co-autor (Antonio Gonçalves de Oliveira)²

Resumo: Este artigo tem por objetivo investigar como os movimentos feministas literários foram importantes para a luta das mulheres no direito às políticas públicas educacionais no Brasil Imperial. As mulheres, por fatores alheios às suas vontades, foram incapazes de fazerem parte de forma efetiva da democracia brasileira. O cenário se transformou: emergiu a necessidade de as mulheres lutarem por seus direitos e construírem uma perspectiva de futuro. Por isso, este artigo busca responder à seguinte questão: de que forma os movimentos feministas literários impactaram na luta das mulheres por políticas educacionais durante o Brasil Imperial?. Orientado metodologicamente por pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa a partir da análise de conteúdos, como resultados observa-se que Nísia Floresta foi a primeira mulher na literatura que motivou as mulheres a buscarem seus direitos de acesso à educação; a mulher precisava da educação para se emancipar, mas a educação não chegava às mulheres.

Palavras-chave: Feminismo; Políticas públicas educacionais; Literatura.

Abstract: This article aims to investigate how literary feminist movements were important for women's struggle for the right to educational public policies in Imperial Brazil. Women, for reasons beyond their control, were incapable of effectively taking part in Brazilian democracy. The scenario has changed: the need for women to fight for their rights and build a perspective for the future has emerged. Therefore, this article seeks to answer the following question: how did literary feminist movements impact women's struggle for educational policies during Imperial Brazil? Methodologically oriented by bibliographical and documentary research with a qualitative approach based on content analysis, as a result it is observed that Nísia Floresta was the first woman in the literature that motivated women to seek their rights of access to education; women needed education to emancipate themselves, but education did not reach women.

Key-words: Feminism; Educational public policies; Literature.

¹Graduanda em Letras Português da UTFPR. Bolsista do Grupo PET Políticas Públicas da UTFPR. E-mail - mariagabrielacarvalho@utfpr.edu.br

²Professor do curso de Administração e do programa de pós-graduação em Planejamento e governança Pública na UTFPR. Tutor do PET Políticas Públicas da UTFPR. E-mail - agoliveira@utfpr.edu.br

1. Introdução:

Por muito tempo as mulheres foram invisibilizadas pelo pseudo estado democrático brasileiro, que preteria (ainda pretere?) as mulheres nos postos-chaves determinantes para a igualdade e equidade entre homens e mulheres numa sociedade civilizada, uma vez que apenas o homem era considerado cidadão. Como exemplo desta preterição ele podia votar e ser eleito e trabalhar em entidades/órgãos públicos. As mulheres, por sua vez, ficavam em casa sem perspectiva de um futuro na cidadania, sem a efetividade dos direitos fundamentais, em um país patriarcal, no qual o conhecimento não era capaz (ou intencionalmente impossibilitado) de chegar até elas.

Vale destacar que as mulheres, não obstante a mencionada preterição, não constituíam uma minoria perseguida ou uma categoria política claramente distinguível; ninguém as forçava a mudanças de identidade; mas que as próprias leis limitavam seus direitos, e pensava-se que eram "moralmente, senão intelectualmente, dependentes dos pais ou maridos" (Hunt, 2009). Na mesma direção Andrade (1999) já destacava que na época do Brasil Império a educação era influenciada por papéis sociais, sendo a educação "puramente" masculina era voltada para o exercício da cidadania e das funções públicas, e a educação feminina era focada e direcionada para as funções familiares, domésticas e para a maternidade.

Em paralelo à instrumentalidade racional da preterição feminina no percurso formativo educacional estava a literatura. A literatura da razão substantiva, da faculdade do sujeito como ator principal do seu *ethos*, e, também, a substantividade da arte. Jacques Rancière (2012), explica que se é arte, é política; é sempre imprescindível e circularmente virtuoso haver uma crise para a operação da arte, pois desta maneira a arte se alimenta. Sem a instabilidade, sem a crise, não há transformação artística e, assim, a política e a arte trabalham em conjunto para a reorganização da vida sensível. Um protesto pelo direito ao voto, por exemplo, exige um núcleo estético, a presença da arte se dá por meio das formas abstratas e a política entra em cena quando há transformação da lei por melhoria.

As origens fatuais da administração pública materializada por meio da execução das políticas públicas, sejam elas de estado ou de governo, se perdem no tempo, Fisher (1984). O Estado brasileiro se constitui com a chegada da família imperial portuguesa ao Brasil em 1808, período chamado de Brasil Império e, por conseguinte a outorga da Constituição de 1824 por D. Pedro I, com a declaração de independência de Portugal em 1822. Trazendo o Poder Moderador, extinto em 1889, dentre todas as Constituições da época, vários foram os

embates promovidos por liberais e conservadores acerca da legitimidade do referido poder, que garantia a monarquia uma dinastia, e da dubiedade de concentração nas mãos do imperador das atribuições de Chefe de Estado e de Governo num regime monárquico-constitucional (FILHO et. al, 2020). Assim, nessa predominância masculina e preterição feminina desde o germen do Estado brasileiro, -nasce a pergunta para a qual se busca resposta: de que forma os movimentos feministas literários impactaram na luta das mulheres por políticas educacionais durante o Brasil Imperial?

Somente após aproximados 20 anos do atracamento das naus colonizadoras no “chão” brasileiro é que as mulheres conseguiram os primeiros passos ao direito à educação formal, pois foi somente em 15 de outubro de 1827, por meio da Lei Geral, que se passou a aceitar o ingresso de mulheres na escola. Nesse matiz, a partir de 1831 Nísia Floresta, a precursora do movimento feminista no Brasil, passou a publicar livros sobre a condição de instabilidade, isto é, uma crise, em que as mulheres estavam submetidas diante as leis no Brasil, sob regime patriarcal (DUARTE, 2005). A autora foi escritora e professora numa época em que as mulheres não participavam da democracia na época do obscurantismo pela preterição das mulheres na educação formal e nas ações/decisões de cunho político e até mesmo, em alguns casos, social. Com isso, dos passos iniciais e pavimentação das trilhas em busca da valorização da mulher, as portas se abriram para que outras mulheres se tornassem protagonistas de seus atos. Por isso o presente artigo busca entender de que forma os movimentos feministas literários tiveram importância para as mulheres no reconhecimento das políticas públicas educacionais.

2. As primeiras letras:

A Lei Geral promulgada em 15 de outubro de 1827 passou a aceitar o ingresso de mulheres na escola, porém, a névoa da sociedade patriarcal refletia na esfera social, pois as famílias ainda se faziam presentes na cultura de preservar a escolarização e o letramento aos meninos, por serem tais elementos julgados divergentes com a "identidade feminina", afirmada a partir do distanciamento em relação à alfabetização, leitura, produção de textos, profissionalização e participação na vida pública (GUSMÃO, 2012). Foram poucas mulheres nessa época que se inseriram na educação, algumas em conventos, com disciplinas domésticas, sendo raras aquelas inseridas nas escolas particulares.

E foram essas poucas mulheres, da educação religiosa/doméstica em conventos a

rarefação das escolas particulares (DUARTE, 2003), que tiveram acesso a uma educação que divergia da que estava sendo proposta, que tomaram para si a tarefa de estender as benesses do conhecimento às demais igualmente preteridas e secundarizadas no direito à escolarização, e abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram a opinião corrente que dizia que mulher não necessitava saber ler nem escrever.

Duarte (2003) evidencia o descrito por Zahidé Muzart, dando conta que no século XIX as raras mulheres que escreveram, que desejavam ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o anseio de sair do fechamento doméstico já indicava uma vontade de luta por direitos e um desejo de subversão à subjugação. Eram elas ligadas à literatura, então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve sempre conectada a um feminismo incipiente.

A literatura, não podia deixar de ser, haja vista a origem colonizadora, era fortemente influenciada pela literatura de Portugal. Os autores influentes da época eram Gonçalves de Magalhães, José de Alencar e Gonçalves Dias, e quase nenhuma mulher. O romantismo na época foi considerado como o estilo literário que se consolidou à literatura brasileira, o que descreve sua singularidade quando comparada à literatura espectral estrangeira (VAINFAS, 2002). Uma rede de jornais, revistas, editoras e gráficas surgiram junto com a abertura de teatros em grandes cidades durante as décadas de 1830 e 1840, o que poderia ser chamado, mesmo para a estreiteza de seu alcance, uma cultura nacional (BARMAN, 1988).

2.1 Nísia Floresta e o Colégio Augusto:

Dionísia Gonçalves Pinto, conhecida pelo pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta, foi precursora do movimento feminista no Brasil, nasceu em Papari, cidade do Rio Grande do Norte, em 1810. Nísia chegou a casar com um proprietário de terras quando tinha treze anos de idade e, pouco tempo depois decidiu se separar e voltar a viver com os pais. Este fato, revela que a personagem de Nísia quebrará, desde então, barreiras impostas na sociedade patriarcal.

Em seu primeiro livro, publicado quando tinha 22 anos, “*Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*”, uma tradução de “*Vindication of the Right of Woman, de Mary Wollstonecraft*”, Nísia descreve a opressão que a mulher era sujeitada na época do Brasil Império. Pela primeira vez na história do Brasil, uma mulher tomava a voz para si e denunciava a escassez de políticas públicas que colocava a mulher como centro de direitos como seres humanos, assim como os homens.

A obra de Nísia causou uma ruptura, em 1832, na sociedade brasileira e fez com que as primeiras reflexões sobre mulheres como sujeitos titulares de “direitos a ter direitos” tivessem espaço na democracia. Apesar de ser um livro escrito a partir de uma tradução, pode certamente, respeitadas menções em sentido contrário, ser considerado o livro fundador do feminismo brasileiro, uma vez que ilustra sobre um novo ponto de vista de um texto, ainda que inspirado na leitura de outros. Pode também ser lido como uma resposta brasileira ao texto inglês: a autora brasileira se colocando em pé de igualdade com a Wollstonecraft e o pensamento europeu, e cumprindo o importante papel de elo entre as ideias estrangeiras e a realidade nacional (DUARTE, 2003). Assim vale dizer que:

(...)tais reflexões não encontraram eco entre os contemporâneos e são o testemunho do quanto Nísia Floresta representava de exceção em meio à massa de mulheres submissas, analfabetas e anônimas. Foi esse livro que deu à autora o título de precursora do feminismo no Brasil e, talvez, até mesmo da América Latina, pois não existem registros de textos anteriores realizados com estas intenções (DUARTE, 2002)

Na obra referenciada Nísia não realiza uma tradução no sentido convencional do texto da feminista, ou de outros escritores europeus, como muitos acreditaram. Na verdade, ela empreende uma espécie de antropofagia libertária: assimila as concepções estrangeiras e devolve um produto pessoal, em que cada palavra é vivida e os conceitos surgem extraídos da própria experiência. Segundo o texto referenciado os homens se beneficiam com a opressão feminina, e apenas o acesso à educação permitiria às mulheres tomarem consciência da inverdade acerca de sua condição inferiorizada. A obra contribuiu ainda com a tradução cultural do clamor das mulheres na Europa, pois no Brasil ainda era necessário o básico, a alfabetização das mulheres. Desta forma:

(...) Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens. Tudo isto é admirável e mesmo um mulçumano não poderá avançar mais no meio de um serralho de escravas (FLORESTA, 1989)

Movimentando-se em defesas dos direitos a ter direitos pelas mulheres casou-se novamente e em 1832 fixou residência com sua família em Porto Alegre. Porém, no ano seguinte, seu marido, Augusto, com quem teve três filhos, deixou-a viúva aos vinte e três anos, quando passou a viver com seus descendentes, a mãe e duas irmãs. Durante quatro anos, após a morte do companheiro, Nísia permaneceu em Porto Alegre, onde lecionava e tinha uma relação de amizade com Anita e Giuseppe Garibaldi, quando em 1835 iniciou a Revolução Farroupilha. Dois anos após o início do conflito, a situação na capital gaúcha tornou-se inabitável, forçando Nísia a se mudar com a família para a Corte, onde fundou o Colégio Augusto em homenagem ao seu esposo, dedicado à educação feminina (CASTRO, 2010).

Desde sua fundação o colégio Augusto se posicionou com propostas pedagógicas à frente do seu tempo, oferecendo disciplinas que eram apenas concedidas aos homens, por isso, a sociedade imperial discordava das disciplinas aplicadas, como o latim e ensino de línguas estrangeiras, pois seria, na visão esmaecida do tempo que se impusera, inútil uma mulher não aprender disciplinas voltadas para o ambiente doméstico (CASTRO, 2010).

Vale dizer que a educação durante o período do Brasil Imperial estava associada ao desempenho dos papéis sociais. Enquanto a educação masculina era voltada para o exercício da prática da cidadania e das funções públicas, a educação feminina estava voltada para as práticas familiares, domésticas e para a maternidade. A sociedade era pensada a partir da célula familiar, e a vida social funcionava como uma ampliação da vida doméstica.

No quadro das relações sociais patriarcais, aos homens cabia formar e dirigir os núcleos familiares através da procriação, sustentação e proteção; o lugar do homem era o de administrador dos espaços privados e públicos, do micro ao macro espaço sócio-político-econômico. Às mulheres cabia o papel de reprodutoras da linhagem das famílias e zeladoras do lar; o lugar da mulher era o de esposa e mãe no âmbito doméstico e familiar, e, de forma complementar, de dama da sociedade [...] (ANDRADE, 1999)

Nísia traz a sua contribuição às mulheres como seres de direito a ter direitos também em outras obras de sua autoria. Nelas Nísia sempre destaca o tema da educação, como em

Conselhos à minha filha (1842), obra dedicada à sua filha, Lívia, como um presente de aniversário, com textos em forma de conselhos, instigando que a menina educada deveria ser simples, modesta, obediente aos pais, respeitosa com os idosos e decidir-se sempre pelo oprimido.

Entre as diversas obras de Nísia destacam-se o livro intitulado *A mulher* (1859) e *Opúsculo humanitário* (1853). Neste último livro, a autora resplandece o quanto conhecia a história e a luta de cada mulher em diversos países, como a Ásia, a África, a Oceania, a Europa e a América do Norte, antes de tratar do Brasil e da mulher brasileira sempre observando a relação existente entre o desenvolvimento intelectual e material do país (ou o seu atraso), julga as escolas femininas de seu tempo e, ainda denuncia um projeto educacional para tirar as mulheres da ignorância e da ociosidade, reunindo sessenta e dois artigos sobre a educação que foram lançados nos principais jornais no Brasil Imperial e que circulavam pela corte, com o lugar ocupado pela mulher (LIMA, 2003).

Nesta direção, Nísia em consonância com intelectuais da época defende a tese de que o progresso de uma sociedade depende da educação que oferecida à mulher; e que só a instrução, aliada à educação moral e equidade de direitos, dariam maior dignidade e fariam da mulher uma melhor esposa e melhor mãe. Esses, aliás, seriam precisamente os objetivos da educação das meninas: torná-las conscientes de seus deveres e papéis sociais no Brasil.

Desta forma, Nísia defende que o progresso, bem como o atraso de políticas públicas de uma sociedade deve ser avaliado pela importância atribuída às mulheres, como também inúmeros filósofos e pensadores, o que vêm reiterar seu constante diálogo com o pensamento mais avançado de seu tempo. Conforme Duarte (2002), Nísia questiona já no idos de 1832 o porquê de não haver mulheres ocupando cargos de poder dentro da sociedade, tais como de general, almirante, ministro de estado e outras chefias. Ou ainda, porque não estão elas ocupando cadeiras nas universidades, exercendo a medicina, a magistratura ou a advocacia, uma vez que têm a mesma capacidade que os homens? Como se vê, ela vai fundo em suas intenções de acender o debate e de abalar as eternas verdades de nossas elites patriarcais. Vale aqui uma digressão: como está a sociedade hoje, século 21 comparada a 1832 vivido e cobrado pela literatura de Nísia? Vale aqui o desafio a uma nova perscrutação, um novo trabalho de similitude ao espectro tratado como objeto de estudo neste artigo.

2.2 Os primeiros jornais e emancipação das mulheres pela educação:

Em 1852 os cariocas se chocaram com o surgimento do *Jornal das Senhoras*, de Joana Paula Manso de Noronha, uma argentina radicada no Rio de Janeiro (DUARTE 2003). O Autor desta que o editorial do primeiro número do aludido jornal expôs o firme propósito de incentivar as mulheres a se ilustrarem, se inspirarem e a buscarem um "melhoramento social e a emancipação moral" Nesse momento temporal Joana era uma figura feminina progressista que viajou a América do Sul disseminando a emancipação das mulheres por meio da educação (DUARTE 2003).

Em linha com Duarte (2003), Lima (2021) sugere que Joana possuía um projeto pedagógico que tinha o objetivo de promover ensino para as meninas se educarem, sendo que, para isso, ela lutava para que a educação feminina pudesse fazer parte de um projeto civilizatório na América do Sul, tendo assim solidificado o discurso vanguardista do século XIX, defendendo a emancipação da mulher mediante sua ilustração, não para competir no mercado de trabalho com o homem, mas para ser uma mãe melhor. A mulher necessita da emancipação como direito, inclusive de ter direito, e Joana entendia que esse fato era negado por conta de o homem observar a mulher como sua prioridade. Nesta linha editorial, em 1852, lançou esse texto no *Jornal Das Senhoras*:

(...)Mas deixemos essas digressões; o que vem a ser essa tal emancipação moral da mulher? Eu vo-lo digo: É o conhecimento verdadeiro da missão da mulher na sociedade; é o justo gozo dos seus direitos, que o brutal egoísmo do homem lhe rouba, e dos quais a deserda, porque tem si força material, e porque ainda se não convenceu que um anjo lhe será mais útil que uma boneca [...] Todas as mães devem mui seriamente desarraigá-lo esse preconceito funesto do espírito de seus filhos essa idéia de uma superioridade injusta deve desaparecer no homem, desde menino porque é fatal a ele mesmo. (Jornal das Senhoras, 11 de janeiro de 1852)

A segunda onda feminista ocorreu em meados de 1870 para ampliar a educação e começar os movimentos a favor do voto feminino. Nessa época, já era numerosa a quantidade de volumes de jornais e revistas feministas e, dentre as jornalistas, faz-se jus ao destaque Josefina Álvares de Azevedo. Durante essa segunda onda também começou a circular notícias de mulheres brasileiras em cursos universitários no país e ao redor do mundo, o que fazia a imprensa feminista expressar vitórias e disseminar a possibilidade então “libertaria”

dos grilhões que restringiam os direitos a direitos por parte das mulheres (DUARTE, 2003).

3. Resultados e Conclusões

Tendo a literatura como fonte “libertária” para o movimento em busca da equidade, as poucas mulheres que denunciavam em suas obras o machismo pertinente durante a fase do Brasil Império começaram a se ampliar em 1897 como a revista literária, *A mensageira*, da poetisa Presciliana Duarte de Almeida, que tinha como subtítulo: “revista literária dedicada à mulher brasileira”. Todos os textos eram voltados aos direitos das mulheres, posicionando o periódico como totalmente feminista (ZINANI, 2019). Certamente, a revista foi influenciada pelas outras lançadas durante o Brasil Imperial, por ter a literatura majoritariamente composta por mulheres e a denúncia com a falta de direitos educacionais para as mulheres.

Analisando a questão da luta por direitos de gênero, o jornal *O Mulherio*, lançado pós-ditadura e no começo da abertura política brasileira, pelas autoras Fúlvia Rosemberg e a jornalista Adélia Borges, certamente, foi influenciado pelos movimentos presentes nas obras das mulheres durante a corte. Por isso, este trabalho não exaure os estudos sobre os movimentos feministas literários do Brasil Imperial, mas também da investigação sobre como a luta feminista por mediação da literatura se deu durante a ditadura.

Observa-se que os movimentos feministas da literatura durante o Brasil Imperial foram importantes para não apenas proclamar o feminismo no Brasil, mas também para fortalecer a presença de mulheres na literatura, se fazendo presente o pensamento acadêmico crítico de um mundo moderno em forma de literatura, pois imaginar o mundo moderno já é arte.

Em conclusão tem-se que o objetivo traçado para este estudo, de: investigar como os movimentos feministas literários foram/são importantes para a luta das mulheres no direito às políticas públicas educacionais, foi alcançado, pois com o passar das décadas, novos movimentos feministas em obras literárias e jornais foram surgidos, inspirados pelas mulheres pioneiras.

Na mesma direção para o problema central norteado pela seguinte questão: “de que forma os movimentos feministas literários impactaram na luta das mulheres por políticas educacionais durante o Brasil Imperial?” tem-se como resposta que em um período no qual mulheres não haviam direitos e nem voz, presas dentro de um sistema patriarcal conseguiram nadar contra a maré do machismo e, principalmente, na literatura, um objeto dominado por

homens na qual as mulheres tornaram para si, mostrando a representatividade de haver mulheres na literatura, escritoras mulheres, autoras mulheres, manifestando a importância de lutar pelos direitos para outras mulheres e, sobretudo, permitindo com que a educação chegue até mulheres expostas em situações de vulnerabilidade numa época em que a educação não existia para o gênero feminino.

Finalmente, rebase-se que este trabalho não exaure os estudos sobre os movimentos feministas literários do Brasil Imperial, colocando como sugestão para estudos futuros investigações que tragam a lume discussões e entendimentos acerca da luta feminista por mediação da literatura durante a ditadura, bem como acerca do desafio lançado para uma nova perscrutação em um novo trabalho de similitude ao espectro tratado neste estudo.

Referências:

Alves Da Silva Filho, E., & Mont'alverne Barreto Lima, M. (2020). O Pensamento constitucional do período imperial e a formação da Administração Pública no Brasil. *Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Direito*, 30(2).

ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II – Um Lugar de Memória.**Rio de Janeiro. UFRJ. Tese de Doutorado, 1999.

BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX.** São Paulo: UNESP, 2005.

CASTRO, Luciana Martins. **A CONTRIBUIÇÃO DE NÍSIA FLORESTA PARA A EDUCAÇÃO FEMININA: pioneirismo no Rio de Janeiro oitocentista.** Rio de Janeiro, 2010. Revista Outros tempos, Volume 7, número 10, dezembro de 2010 - Dossiê História e Educação.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta: vida e obra.** Natal: UFRN, 1995. ____ (org.).

____ **Cartas: Nísia Floresta e Auguste Comte.** Florianópolis: Mulheres, 2002.

____. **De Papari para o Mundo.** Revista de História da Biblioteca Nacional, nº 6, dezembro, 2005, p. 53-56.

____. **Nisia floresta: vida e obra.** 1991. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

FISHER, Tânia. Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. **VI Tema - Rev. Administração Pública**, 1984.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

Gusmão, Emery Marques. Debates sobre educação feminina no século XIX: Nísia Floresta e Maria Amália Vaz de Carvalho. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, v. 25, n. 50, p. 269-289, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/10536>>.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

LIMA, Joelma Varão. **Joana Paula Manso de Noronha, Pioneira na América do Sul**. In: 31º Simpósio Nacional de História. Rio de Janeiro, 2021.

MENDONÇA, Amanda, MARTINS, Luciana. NÍSIA FLORESTA E O PIONEIRISMO “INVISÍVEL” DO FEMINISMO BRASILEIRO. **Revista Artes de Educar**, Rio de Janeiro. V.7, N.2 - pág. 821-838 mai-ago de 2021: “Dossiê História das Mulheres e Educação”.

Rancièrè, Jacques. **O espectador emancipado / Jacques Rancièrè**. Benedetti. - São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2012.

VAINFAS, Ronaldo (Org). **Dicionário do Brasil imperial: 1822 – 188**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002

XIMENES, Sérgio Barcello. **Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, a desconhecida pioneira da ficção nacional**. 2020

ZINANI, Cecil Jeanine Albert (2019). **Imprensa feminista e literatura: contribuições da revista A Mensageira**. Caxias do Sul: EDUCS